

UMA AUSTRIACA VISITA O RIO DE JANEIRO DE 1847. EXAME DO RELATO DE IDA PFEIFFER SOB UMA ÓTICA TRANSCULTURAL

Luiz Barros MONTEZ*

Resumo: Os historiadores vêm reconhecendo, há algumas décadas, a importância dos contextos específicos das práticas discursivas na construção dos sentidos na escrita da história. Contudo, os estudos historiográficos frequentemente se abstêm de um exame ideológico mais acurado das relações que o discurso da história guarda com quem o produziu, quem o leu à sua época, e com quem o lê na atualidade. Este artigo se propõe a fazer algumas reflexões nesse sentido, com base nos relatos de Ida Pfeiffer – proeminente viajante austríaca – que narra sua passagem pelo Rio de Janeiro, no ano de 1847. Cabe ressaltar que esses relatos permitirão evidenciar alguns estereótipos, ainda hoje, surpreendentemente atuais.

Palavras-chave: Ida Pfeiffer. Relatos de viagem. Construções discursivas do Brasil.

AN AUSTRIAN VISITS RIO DE JANEIRO IN 1847. EXAMINING IDA PFEIFFERS ACCOUNT FROM A TRANSCULTURAL VIEWPOINT

Abstract: In the last few decades historians have been acknowledging the importance of specific contexts in the practical discourses through which historical meanings are textually built up. However, the studies on historiography frequently refrain from a more accurate ideological examination of the relationships that a historical discourse keeps among who has produced it, who read it during its time and who has been reading it today. This article aims at reflecting upon this issue based on accounts made by Ida Pfeiffer, a prominent Austrian traveler who narrates her stay in Rio de Janeiro in 1847. In this paper some stereotypes will be highlighted which are still surprisingly current nowadays.

Keywords: Ida Pfeiffer. Travel accounts. Discourse constructions of Brazil.

1 Introdução. O relato de viagem entre os germânicos

* Professor Doutor - Professor Associado 1 - Departamento de Letras Anglo-Germânicas e do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – Faculdade de Letras - UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Av. Jequitibá, 2151, Ilha do Fundão, CEP:21941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da CAPES. E-mail: luiz.montez@gmail.com.

Os historiadores, com os seus mais distintos olhares e suas mais diferentes considerações filosóficas sobre a relação entre a linguagem e a escrita da história, reconhecem a importância dos relatos dos viajantes europeus no Brasil – particularmente aqueles primeiros registros das pessoas e das terras brasileiras observadas pela primeira vez *in loco* – como documentos relevantes do ponto de vista de suas informações e da veracidade do seu conteúdo. Contudo, até se chegar a esta compreensão acerca do teor historiográfico daqueles relatos, um longo caminho foi percorrido.

Durante os séculos que transcorreram do início do Renascimento até finais do século XVIII, as narrativas de viagens foram progressivamente sendo percebidas de forma cada vez mais intensa como textos subjetivos, ficcionais, mais próximos do conceito de “mentira”, isto é, produzidos como construções não correspondentes à realidade objetiva. No período considerado hoje como, preponderantemente marcado pelo Iluminismo europeu (séculos XVII e XVIII), acentuou-se esta pecha de subjetividade atribuída àqueles relatos, não obstante terem sido estes atravessados pelo louvor à ciência e à empiria, pois a visão iluminista ampliou a percepção de que relatos de viagens eram produções textuais de sujeitos que observavam o mundo e o interpretavam de ângulos e modos singulares. Não obstante isso, durante o século XVIII, durante o qual se verifica o auge dos relatos de viagem em termos de popularidade, paradoxalmente estes foram progressivamente sobrecarregados com informações factuais numa tal proporção que, ainda hoje, se permite levantar a dúvida sobre serem determinados relatos do período textos literários, haja vista a sua pesada carga “informativa” em termos historiográficos.

Uma imensa inovação, no sentido da estetização do relato de viagem em língua alemã, representou a obra de Georg Forster e Alexander von Humboldt. Mas é com Goethe e a *Viagem à Itália* que se pode demarcar o início de um novo período, inteiramente literário, daquele gênero discursivo, uma vez que, em Goethe, o saber se coloca visivelmente atrás das impressões do narrador-viajante. Curiosamente, no entanto, os relatos de viagem não assumiram dimensão relevante no Romantismo alemão. Ao contrário, ele somente será realmente valorizado como principal forma literária pela geração do chamado “*Vormärz*” alemão (“Pré-março”, mês em 1848 a partir do qual irrompe na Europa Ocidental uma grave crise nos marcos dos regimes oriundos dos acordos político-estatais pós-napoleônicos, que redundaram em graves conflitos de rua, no fracasso de uma unificação nacional alemã em termos de uma supremacia democrático-burguesa, além de centenas de mortos em solo alemão), período marcado pela resistência política às restrições antidemocráticas impostas pelos Congressos de Viena (entre 1814 e 1815) e aos sistemas políticos extremamente repressores instaurados nas esferas de poder prussianas e austríacas, após a derrota definitiva de Napoleão¹.

Diga-se lateralmente que o *Vormärz* – como, aliás, todo fato histórico olhado em retrospectiva – foi um conceito que se impôs, na historiografia contemporânea, pela natureza combativa de suas premissas ideológicas, deslocando o conceito de *Biedermeier*, cuja expressão procurava caracterizar uma sociedade conformista habitada por cidadãos pacatos, os “*biedere Meier*”, burgueses confiáveis, honrados e decentes, cumpridores de seus deveres domésticos e familiares, e alheios ao *grand monde* dos assuntos políticos. A historiografia socialista vai exaltar, ainda no século XIX, a geração combativa do *Vormärz*, entre outros motivos exatamente por ter se empenhado, por meio do gênero “relato de viagem”, em driblar a terrível censura estabelecida por Metternich, Friedrich Wilhelm III, na Prússia, e Franz I, na Áustria – este último, aliás, pai da nossa Imperatriz Leopoldina. O contato com o elemento estrangeiro e as inevitáveis comparações surgidas por efeito da leitura daqueles relatos tornaram-no uma das formas de denúncia predileta da geração que viria a preparar, na Alemanha e na Áustria, os levantes de 1848.

Após aqueles levantes e o seu esmagamento, os relatos de viagem passaram, tendencialmente, a se subordinar de forma cada vez mais explícita à ciência, o que significa que foram paulatinamente perdendo, junto ao público leitor, o seu estatuto essencialmente literário. A isso, evidentemente, correspondeu um certo esgotamento deste gênero discursivo, particularmente em fins do século XIX, enquanto forma de reprodução da realidade histórica. O mundo passava a ser, então, rapidamente interligado não somente por cada vez mais eficientes redes de navegação a vapor, mas também pelo telégrafo – e, mais adiante, pelo telefone e pelo avião. O surgimento e o desenvolvimento das técnicas fotográficas certamente contribuíram para aquele esgotamento.

Em suma, foram os próprios processos econômicos e políticos que passaram a assumir a tarefa de disponibilizar, para amplas faixas da população, as informações sobre as diversas partes do mundo. De modo que, chegando ao século XX, o relato de viagem entra em crise, perde definitivamente o seu *status* e cede seu papel e sua importância a outras instâncias discursivas, como a ensaística, o jornalismo etc.

2 O relato tornado objeto de análise discursiva

O interesse pelos relatos de viagem entre os alemães é relativamente recente. Até os anos 60 do século passado as ciências literárias não se interessavam pelo gênero. Manfred Link, em 1963, inicia a discussão, ainda que centrada em autores literários, com a tese de doutorado *Relatos de viagem como forma literária artística de Goethe e Heine* (LINK, 1963). Ali ele tenta estabelecer uma tipologia genérica abrangente, propondo quatro tipos de relatos: (1) uma literatura que chama de “apodêmica” (*apodemische Literatur*), que prepara o leitor para viajar num determinado país, como os guias de viagem, por exemplo;

(2) escritos de viagem científicos e científico-populares, para informar o leitor em termos culturais, políticos, sociais ou geológicos; (3) diários, relatos, descrições e contos de viagem, que se relacionam às experiências subjetivas e factuais do viajante; e, por fim, (4) novelas e romances de viagem que, partindo de uma viagem vivenciada ou fictícia, estrutura-se segundo estes dois gêneros literários.

É evidente, para o olhar mais atento, que esta tipologia de Link propõe uma gradação que vai do discurso objetivo ao ficcional, o que é criticado por Christiane Schulzki-Haddouti, em tese de 1995². Segundo esta última, o relato de viagem é um tecido de várias atitudes narrativas e formas. “Além disso”, afirma a autora, “Link iguala a apresentação da realidade exterior com finalidade e a da realidade interna com ficcionalidade, o que se baseia numa concepção ingênua de estética textual”³ (SCHULZKI-HADDOUTI, 1995).

Posição importante foi a assumida pela crítica dos anos 70 do século XX, interessada, por circunstâncias marcadas por forte engajamento político, em resgatar o *Vormärz* do esquecimento. Outro elemento de destaque a embasar os estudos nesta direção é a temática intercultural do confronto com o outro, com o “estrangeiro”, evidentemente que determinado pela intensa emigração de mão de obra para a Alemanha nas décadas anteriores e os choques identitários daí advindos, acirrados posteriormente pelo desemprego causado pela crise econômica e a recessão mundial. Estabelece-se, por fim, a partir de finais dos anos 80, a tensão entre as tendências que querem definir constantes discursivas nos relatos de viagem, consolidando-os em termos formais como “gênero literário”, e as que o tomam essencialmente como uma afirmação identitária, em que o viajante e o relato ficam em primeiro plano, como ação discursiva, à frente de motivações de ordem biográfica pessoal, contextuais, e reprodutora de discursos contemporâneos.

Acreditamos que uma abordagem linguística aplicada dos relatos de viagem deva se dar considerando as duas dimensões discursivas fundamentais: a de ser *reflexo* ou *refração* de uma realidade e, simultaneamente, *prática social concreta*. Só uma determinada visão estreita do fenômeno literário pode considerá-los como elaboração puramente subjetiva, independente das condições sociais e das práticas discursivas que o engendraram; por outro lado, somente os historiadores mais renitentemente marcados pelo positivismo podem considerá-los unilateralmente como “reprodução” ou “refração” da realidade, desconhecendo a sua ação socialmente concreta enquanto discursos positivamente empregados com finalidades ideológicas que transcendem o teor biográfico ou informativo de que são portadores⁴.

À medida que os estudos da linguagem, voltados para a análise do discurso, se projetam, influenciando e se deixando influenciar, sobre as áreas que lhe são adjacentes – vale dizer, sobre todas as ciências humanas (ou *Geisteswissenschaften* para falantes do

alemão, segundo a conhecida terminologia de Dilthey) sem exceção, haja vista que todas elas são atravessadas pelo fenômeno da significação verbal – estes relatos vão sendo reconhecidos como um *corpus* com funções muito mais amplas do que, simplesmente, a de “espelhar” ou “representar” a realidade de cada momento histórico.

Sendo mais específico: os relatos de viajantes vão sendo percebidos como ações discursivas que, tendo sido concebidas, postas em circulação e absorvidas em contextos históricos particulares, consubstanciaram estratégias de poder, ou seja, representaram práticas sociais relevantes que, ao contrário do que algumas pessoas pensam, não se encerraram num passado histórico considerado extinto, mas se projetam discursivamente na contemporaneidade.

3 O relato de Ida Pfeiffer no Rio de Janeiro

É nesse viés que propomos o exame – evidentemente que muito breve – do relato de Ida Pfeiffer sobre o Rio de Janeiro, no ano de 1847. Circunscrevemos nossa análise ao texto inédito, por nós recentemente traduzido no âmbito da pesquisa desenvolvida como bolsista junto à Fundação Biblioteca Nacional. Trata-se do relato da passagem da austríaca Ida Pfeiffer pelo Estado do Rio de Janeiro naquele ano, extraído de seu livro *Viagem de uma mulher ao redor do mundo*, publicado em Viena, em 1850 (PFEIFFER, 1850, v.1).

Muito haveria que ser dito em termos de sua biografia, já fartamente estudada por diverso(a)s autore(a)s austríaco(a)s, sobre as condições históricas em que viveu a autora, sobre os discursos da e sobre a mulher na sociedade burguesa vienense, e sobre o manancial de informações preciosas contidas nos relatos de Pfeiffer, cujo teor historiográfico, científico e antropológico não é mais posto em dúvida por ninguém. Não somente por questão de economia, mas essencialmente em função da abordagem transcultural aqui escolhida, limitamo-nos a apontar tão somente alguns estereótipos postos em circulação pela intrépida vienense que, à época desta sua primeira viagem mundial, já era considerada uma celebridade por quase todos os países por onde andava.

Isso é tanto mais importante para nossa perspectiva, porquanto os três volumes com os relatos desta viagem foram, então, muito bem vendidos, a ponto de ela poder, graças aos ganhos pecuniários advindos deste empreendimento editorial, não somente se manter, mas também empreender suas viagens subsequentes. Ou seja, trata-se de um texto que interage fortemente com as expectativas do público leitor, isto é, que se preocupa em fornecer o alimento de sua curiosidade com relação ao elemento estrangeiro, diferente, exótico, e “sublime” (*das Erhabene*)⁵. E – fato também relevante, mas que não será abordado aqui especificamente – trata-se do olhar feminino sobre este “outro”. Em suma, as camadas de

interesse pelos relatos se sobrepõem segundo o estamento, classe, sexo do leitor(a) – além de vários outros recortes possíveis, como grau de instrução, família, faixa etária etc.

Seria um equívoco atribuir ao interesse editorial ou econômico a verdadeira obsessão de Ida por viagens. Mas ela soube explorar com extrema habilidade e talento as expectativas do público leitor de seu tempo com vistas à obtenção de resultados econômicos e à autoafirmação de seu *status* de pesquisadora – o que na primeira metade do século XIX era absolutamente negado pelas autoridades, impedindo o acesso de Ida a subsídios governamentais⁶. Tratava-se de um público que não se contentava mais com os pequenos incidentes europeus, que buscava o espetacular, o exótico, o grotesco, o elemento aventureiro. Em diversos outros relatos Ida vai ao encontro deste desejo, descrevendo em pormenores seu convívio com canibais (por exemplo, com os Batak de Toba, em Sumatra), com caçadores de cabeças, nas Ilhas Molucas, incidentes extremamente perigosos como a travessia da Pérsia, entre outros.

O *boom* editorial dos relatos de viagem nos séculos XVIII e início do XIX sinalizava uma demanda do público por viagens ao exterior, que não era possível de ser satisfeita por motivos econômicos ou, eventualmente, familiares. A leitura satisfaz, em parte, esta curiosidade, e simultaneamente fornece ao leitor a segurança de uma visão de mundo eurocêntrica que, pelo simples ato de conhecer, toma posse e domestica o outro.

Nesse sentido, a “viagem” realiza plenamente o seu étimo. A palavra “Reise”, no alemão moderno, deriva de “risan”, que no antigo alto alemão significava “levantar-se, elevar-se, partir para empreendimentos guerreiros”.⁷ Segundo Braun⁸

A viagem deriva, portanto, de um conceito que carrega claramente consigo a conotação de “guerra”, “batalha”, conquista. O conceito designa a partida para novas margens, mas diz também claramente que isso não se sucede com intenções pacíficas. Não se “sai em viagem” *pour mourir un peu*, para se entregar ao estrangeiro ou sofrer o medo do desconhecido, mas o viajar liga-se antes à intenção de submeter o estrangeiro. Alguém se desloca para conquistar a miséria – ou, dito mais exatamente: extingui-la. E sabe-se que o território externo é extinto na medida em que é transformado em território interno. (BRAUN apud PELZ, 1993, p. 43).

A palavra alemã moderna tem, portanto, afinidade com sublevação (*Aufstand*), no inglês “uprising”, enquanto “journey”, vem do latim “diurnum”. O verbo inglês para viajar, “to travel”, vem do francês “travail” = esforço, trabalho. Em português, “viajar” deriva do latim “viaticum”, que é o dinheiro que os romanos carregavam para percorrer um caminho. Em francês “voyage”, em italiano “viaggio”, em espanhol “viaje”⁹.

O termo batalha, enfrentamento, se encaixa perfeitamente no espírito da viajante Ida Pfeiffer. Nascida em 1797, a destemida vienense contava já com cerca de 49 anos (não se pode comprovar o dia e o mês exatos de seu nascimento, até hoje) quando realizou a

primeira de suas duas viagens mundiais, iniciada em maio de 1846 e concluída (abruptamente) em novembro de 1848.

Omitimos aqui, por motivo de espaço, as primeiras viagens que a tornaram internacionalmente conhecida em sua época – e que mais tarde, somadas às subseqüentes viagens, lhe valeram o reconhecimento e a admiração de Alexander von Humboldt, a Medalha Dourada para a Ciência e a Arte, que lhe foi conferida em 1856, pelo casal de reis da Prússia, e o seu ingresso como Membro Honorário da Sociedade para a Geografia de Berlim (*Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*)¹⁰. Seus inúmeros objetos e artefatos etnográficos e zoológicos coletados permanecem, até hoje, expostos em diversos museus, entre eles o Museu Etnográfico e o Museu de História Natural, ambos em Viena.

Ida Pfeiffer partiu, inicialmente, de Viena até Hamburgo. De lá, num navio a vela, a viajante percorreu entre outras regiões o Rio de Janeiro, Santos, Valparaíso, Tahiti, diversas cidades da China, de Singapura, do Sri Lanka, da Índia. Após passar por Bagdá e Babilônia, atravessou com tal risco consciente regiões extremamente hostis no noroeste da Pérsia, que antes de prosseguir resolveu enviar todos os manuscritos até ali redigidos pelo correio, para que, em caso extremo de seu desaparecimento pessoal, os relatos ainda assim pudessem ser editados. Atravessou do leste ao oeste da Rússia, e decidiu, a contragosto, retornar bruscamente à terra natal pela Grécia, preocupada com as consequências das agitações de Viena, em 1848. O seu filho mais velho havia participado nos tumultos de outubro daquele ano, que resultaram na conhecida e brutal repressão, a qual redundou em muitos mortos. Após sua chegada, teve que esperar cerca de um ano e meio até a chegada de seus apontamentos, que deram origem aos três volumes de sua obra, em 1850.

Ao contrário da primeira viagem que Ida realizou à Palestina, em 1842, cujas anotações em forma de diário ela não pretendia publicar – mas acabou o fazendo em 1844, por instâncias do editor Jakob Dirnbök, que farejou o sucesso iminente do texto¹¹ – a primeira viagem de volta ao mundo foi empreendida desde o início com o objetivo prévio de empreendimento editorial. Este fato explica inúmeras atitudes e aspectos discursivos de Ida.

O interesse do leitor hipotético de seu relato de 1850 é, logo de início, contemplado pela autora (doravante Ida Pfeiffer¹²):

[...] não quero de forma alguma cansar os meus leitores com uma relação completa de todos os acontecimentos insignificantes e cotidianos [aller geringfügigen, alltäglichen Ereignisse]; limito-me apenas a lhes contar de modo geral os aspectos mais notáveis da cidade e dos modos e costumes de seus habitantes, e de como eu tive a oportunidade de conhecê-los durante a minha estada. (PFEIFFER, 1850, v.1, p.29).

A promessa de não cansar o(a) leitor(a) oferece-lhe uma cumplicidade ideológica. Pfeiffer se propõe a observar o não-europeu tal como o leitor o faria. Esta atitude traz

implícita uma outra opção, que ela deixa escapar num simples vocábulo: não vai cansar os leitores com acontecimentos “insignificantes”, “sem importância”¹³. Ela não se propõe, desde o princípio, a atribuir qualquer significação ou importância ao detalhe, ao que não interessa ao(a) leitor(a). Sua comunhão com o(a) leitor(a) certamente se dá na esfera semiótica da leitura do relato. No entanto, é flagrante a contradição existente entre a promessa com o intenso esforço descritivo quando ela dá detalhes minuciosos daquilo que observa. Ida Pfeiffer realiza, na prática de seu texto, uma descrição absolutamente sintonizada com os ideais iluministas. Portanto, apenas vai purgá-la de “excessos” onde o leitor não quer que eles aconteçam. Ou seja, naqueles que lhes são comuns, cotidianos, não excitantes, não exóticos, não “sublimes”.

Todos os lugares e pessoas que se observam em seu relato têm, como medida de comparação, o elemento europeu. Conforme se aproximam do “normal” ou do “conhecido”, estes lugares ou pessoas representam quase sempre pontos de repouso narrativo, em contraste com a tensão do elemento diferente, quase sempre desagradável, feio, hostil, ou moralmente condenável. À exceção do elemento de origem claramente europeu, da arquitetura às artes, da igreja ao teatro, tudo o que é brasileiro é, com poucas exceções, ruim, precário, insuficiente. Observem-se estas passagens do relato de Pfeiffer:

[...] a cidade não oferece ao estrangeiro nada de atraente em termos de praças, ruas e edifícios. [...] As igrejas não oferecem à vista nada de especial, nem por fora nem por dentro. As que mais enganam ainda são a igreja e o mosteiro de São Bento, e a igreja Candelária, que à distância se destacam particularmente bem. [...] Quanto às artes e às ciências, eu mencionarei somente com poucas palavras a Academia de Artes Plásticas, o museu, o teatro etc. Na Academia de Artes Plásticas vê-se de tudo um pouco, e, na verdade, não se vê nada – algumas figuras e bustos, em sua maior parte de gesso; alguns projetos de construções, desenhos à mão e uma coleção muito velha de quadros a óleo. Nesta, eu tive a sincera impressão de que alguma galeria particular tinha feito uma triagem, deixando o rebotalho para a Academia. A maior parte das pinturas a óleo está tão danificada que mal se reconhece o que elas representam, o que aliás não é de se lamentar muito. A única coisa interessante é a sua respeitável idade. (PFEIFFER, 1850, v.1, p. 32).

Em meio a tantos elementos arquitetônicos desagradáveis, somente alguns poucos se salvam. Entre estes, a sua virtude é precisamente a de se assemelharem ao elemento europeu: “A única construção verdadeiramente bela e grandiosa é o aqueduto [os atuais arcos situados no bairro da Lapa, L. M.], que em alguns lugares se parece realmente com uma obra romana” (PFEIFFER, 1850, v.1, p. 32).

O único elemento autóctone digno de admiração é a natureza. A narrativa nunca se cansa de destacar sua pujança e grandiosidade. A alternância entre o aspecto sublime (até certo ponto aterrorizante) e o pictórico (agradável e idílico) da natureza no Brasil está a

serviço de um objetivo narrativo muito bem determinável. O estético causado pelo jogo de oposições e contrastes põe em relevo, de um lado a valentia, a intrepidez e a coragem da autora, do outro o encantamento, a fascinação e a delicadeza da observação feminina.

De um modo quase absoluto, a descrição dos habitantes do Rio de Janeiro e de seus arredores (Petrópolis, Friburgo, Cantagalo etc.), levada a cabo por Pfeiffer, é marcada por um profundo estranhamento e por uma clara impressão estética negativa. Vale observar as impressões que se seguem sobre o negro e reparar no recurso aos animais doentes, como termos de comparação:

[...] verdadeiramente repulsivas são as pessoas que a gente encontra – quase interminavelmente apenas negros e negras, com os narizes achatados e feios, os lábios grossos e cabelos curtos e crespos. Além disso, estão em sua maior parte nus, cobertos com trapos miseráveis, ou estão enfiados em roupas gastas de forma européia de seus senhores. A cada 4 ou 5 destes pretos encontra-se um mulato, e somente aqui e ali aparece luzindo um branco. [...] O quadro se torna ainda mais repulsivo com as freqüentes enfermidades que se percebem por todas as partes, entre as quais especialmente a elefantíase degenera em horríveis deformações dos pés; também não faltam cegos e outros males. A feiúra generalizada estende-se até mesmo aos cães e gatos que circulam em grande número nas travessas – estes também são na maioria sarmentos, ou cheios de feridas e bernês. (PFEIFFER, 1850, v.1, p: 32-33).

Um pouco mais adiante, Pfeiffer admite, indiretamente, que o seu julgamento é subjetivo, ao amenizar um pouco a afirmação tão drástica feita há pouco, revelando uma capacidade de adaptação aos tipos brasileiros em função do tempo e do convívio, mas cuja “tolerância” não deixa de ser eivada de etnocentrismo:

Somente após algumas semanas de estadia é que eu me acostumei um pouco à visão dos pretos e mulatos, e então encontrei também entre as jovens negras figuras graciosas, e entre as brasileiras e portuguesas de cor um pouco escura encontrei rostos bonitos e expressivos; o sexo masculino parece ser menos agraciado com o dom da beleza. (PFEIFFER, 1850, v.1, p.34).

Como se não bastasse este juízo negativo sobre os negros, são precisamente estes últimos que lhe servem de padrão para a descrição ainda mais negativa feita sobre os índios puris, que Ida fez questão de conhecer pessoalmente, na região adjacente a Cantagalo, e que considerou a visita mais importante de sua estada no Brasil:

Eu achei os índios ainda mais feios que os negros; – a sua cor de pele é bronze-claro, a sua estatura atarracada e de altura média. Eles têm rostos largos e um pouco encarquilhados, e um espesso cabelo negro como carvão, pendendo bem rente, que as mulheres trazem algumas em tranças, fixadas por trás da cabeça, outras pendendo soltos. A testa é larga e curta,

o nariz um pouco achatado, os olhos bem espremidos, quase à maneira dos chineses, a boca muito grande com lábios grossos. Como se salientando ainda mais todas estas belezas, encontra-se espalhado por toda a face um traço próprio de estupidez, que se expressa em particular através da boca permanentemente aberta. (PFEIFFER, 1850, v.1, p.101).

Sobre a questão fulcral, que atravessava (e cujos efeitos ainda hoje atravessam) a sociedade brasileira de então, a questão da escravidão, Pfeiffer assume permanentemente, em sua viagem, uma atitude claramente progressista. Ela até demonstra uma compreensão muito profunda das causas da brutalização do escravo negro:

Entre as classes que por aqui são denominadas de cultas estão várias pessoas que, após todas as provas de destreza mecânica e também de criação espiritual desenvolvidas com frequência pelos pretos, continuam afirmando que estes teriam uma mente tão abaixo dos brancos que somente poderiam ser considerados como uma transição entre o macaco e o gênero humano. Eu admito que eles estejam em certa medida longe da formação espiritual dos brancos; mas não vejo como causa a falta de entendimento, e sim na completa falta de educação. Nenhuma escola existe para eles, eles não recebem nenhuma instrução – em suma, nem um mínimo ocorre para que desenvolvam suas habilidades intelectuais. O seu espírito é mantido acorrentado propositalmente, como em antigos estados despóticos, pois o despertar deste povo poderia ser terrível. Em número, aqueles lhes são quatro vezes superiores, e se eles chegassem à consciência desta superioridade, os brancos poderiam facilmente ser remetidos à condição nas quais se encontram os infelizes pretos. (PFEIFFER, 1850, v.1, p. 35-36).

Contudo, esta sua clara e avançada posição colide com julgamentos absolutamente contraditórios acerca do negro. Com significativa frequência, o personagem negro é invocado como ridículo, estulto, grotesco, vil, com o que Pfeiffer reforça os estereótipos sobre o principal tipo étnico brasileiro, em termos percentuais, sem embargo de sua clara manifestação antiescravagista. Por exemplo, durante uma jornada no entorno do Corcovado, em que ela e seu acompanhante alemão desembocam num local supostamente próximo à região das Paineiras. Em meio à solidão daquelas matas profundas e densas, e perigosas pela possibilidade de ataque de escravos, a autora descreve e induz o leitor a uma atmosfera insólita e ridícula, cujo desfecho mal esconde o sarcasmo do europeu:

Com mais sorte do que se costuma ter nestes casos, nós achamos não apenas um hotel bem bom, com quartos limpos e bons móveis, mas também uma companhia que nos divertiu deliciosamente. Era uma família de mulatos que absorveu toda a minha atenção. A mulher, uma beleza bem corpulenta de uns trinta anos, estava enfeitada como entre nós apenas estaria uma dama de péssimo gosto – levava sobre si todas as coisas valiosas. Em toda parte onde se poderiam usar jóias e ouro ela usava. Um vestido de tecido pesado e um autêntico xale envolviam o corpo marrom escuro, e um chapéuzinho de seda branca, pequeno e bonitinho, assentava-se da maneira mais cômica possível sobre a cabeça desajeitada. O marido

e cinco filhos postavam-se dignamente ao lado da esposa e respectiva mãe – e o enfeite estendia-se até à acompanhante das crianças, uma figura de negra ainda puro-sangue, igualmente sobrecarregada de enfeites. Num braço tinha cinco, no outro seis pulseiras de pedras, pérolas e corais, mas que, assim me parecia, não eram autênticas.

Quando a família partiu, chegaram duas carruagens Landau atreladas a quatro cavalos, nas quais senhor e senhora, crianças e criada embarcaram com dignidade igualmente majestática. (PFEIFFER, 1850, v. 1, p. 61-62).

Da mesma forma, Ida Pfeiffer atenua, numa contradição típica da lógica do Iluminismo europeu, o fenômeno da escravidão, quando assume um discurso – profundamente contraditório com o seu ideal igualitário – que deve ter sido muito popular entre os escravocratas à época, acerca do caráter “tolerante” da escravidão brasileira¹⁴:

[...] o destino dos escravos não é tão ruim como crêem muitos europeus. No Brasil eles são em termos relativos bastante bem tratados; eles não são sobrecarregados de trabalho, têm uma alimentação boa e forte, e as punições não são nem tão freqüentes nem tão rigorosas. Somente as fugas é que são duramente punidas. Além de apanharem muito, eles recebem ferros no pescoço ou nos pés, que vão ter que carregar por bastante tempo. Um outro tipo de punição consiste em carregarem uma máscara metálica, trancada na parte de trás por um cadeado. Com ela são punidos os beberrões e os que comem terra ou cal. Durante a minha longa estadia no Brasil eu vi somente um negro andando com tal máscara. *Eu quase ousaria afirmar* [italico meu, L.M.] que, de um modo geral, o destino dos escravos é menos cruel do que o dos camponeses russos, poloneses ou egípcios, que não são chamados de escravos. (PFEIFFER, 1850, v.1, p. 36-37).

Na fórmula “eu ousaria afirmar” Ida evidentemente dirige sua “ousadia” discursiva não ao escravocrata, mas à gente com ideias e inclinações abolicionistas.

Esta duplicidade de atitude com relação ao escravo negro se estende para diversos outros âmbitos do que a nossa viajante observou em sua estada de dois meses no Rio de Janeiro. Ela relaciona-se, diretamente, com uma contradição que atravessa todo o pensamento iluminista (ou proto-iluminista, quando John Locke, por exemplo, em *An Essay Concerning Human Understanding*, de 1690, defende a escravidão como elemento justo e perpétuo), ao qual Ida Pfeiffer se filia claramente. Toda a sua visão é permanentemente marcada pela ideia evolucionista que observa as civilizações visitadas como sociedades num estágio histórico “atrasado”. Daí a crítica de Ida ao ócio, à perda de tempo, à indolência do nativo brasileiro. Em uma viagem à Islândia – anterior, portanto, à viagem que ora analisamos – Ida Pfeiffer escreve, a propósito de algumas terras não aproveitadas naquele país: “[...] [eu] gostaria de ver apenas alguns camponeses alemães transferidos para cá, como muitos lugares logo teriam uma aparência completamente diferente” (PFEIFFER, 1846 apud HABINGER, 2004, p.106). A sociedade europeia ocidental é, de fato, a medida de todas as suas observações e análises.

Isso não impede que Pfeiffer, em termos declarativos, assumira comparativamente a defesa de certas práticas ou valores brasileiros, em detrimento do civilizado europeu. Mas, pode-se afirmar que ela sempre recai, em última análise, em conclusões claramente eurocêntricas. Os exemplos nesse sentido são inúmeros.

A título de encerramento desta limitada, embora significativa, série de estereótipos veiculados pela autora, destacamos, por fim, o episódio em que Pfeiffer não somente reafirma o estereótipo do risível, farsesco e grotesco, pespegado quase que atavicamente à figura do negro no Brasil em geral, como também mobiliza um estereótipo muito comum entre viajantes europeus à época. Qual seja, a dúvida quanto à seriedade do clero e das instituições religiosas (em sua imensa maioria católicas), no Brasil.¹⁵ O acontecido narrado tem lugar num dos pontos mais extremos da incursão de Pfeiffer no interior do Rio de Janeiro.

Quis o destino que eu assistisse a um enterro e a um batizado. Já antes do início da missa veio um bote sobre o **Parahyby** [rio Paraíba, L.M.], alcançou a margem, dele foi levantada uma rede na qual se encontrava o falecido. Ele foi posto num caixão aberto, que foi montado numa casa próxima ao cemitério. O cadáver estava coberto com uma toalha branca, mas entreviam-se os pés e metade da cabeça. Esta encontrava-se enfiada numa touca pontuda de tecido preto brilhante.

Antes do velório deu-se o batizado. O batizando, um jovem negro de 15 anos, estava com a sua mãe junto à porta da igreja. Quando o padre entrou na igreja para ler a missa, conferiu-lhe de passagem o rótulo de cristão, sem muita cerimônia e compenetração, e mesmo sem testemunhas. O bom jovem também parecia tão pouco comovido por todo o ato como um recém-nascido; eu acho que tanto ele como a sua mãe mal têm idéia da importância deste ato.

O padre leu em seguida voando a missa, e então abençoou o morto que, diga-se de passagem, era membro de uma família algo abastada, e que, por isso, ganhou um enterro decente. – Mas, ó infelicidade! Quando se quis deitar o morto em seu frio leito de descanso, este foi considerado muito pequeno e estreito. O pobre foi então, juntamente com o seu caixão, socado aqui e ali, de modo que eu esperava a qualquer instante vê-lo sair rolando do mesmo. Mas tudo isso de nada adiantou: após muitos esforços inúteis nada mais restou às pessoas além de deixar de lado o caixão e aumentar o túmulo, o que foi feito sob um constante praguejar e amuamento. (PFEIFFER, 1850, v.1, p. 95-96).

No momento em que o padre demonstra pressa ao batizar o jovem negro, ele manifesta ao mesmo tempo o seu descaso, certamente oriundo da discriminação racial. A ridicularização de membros do clero católico foi uma prática muito comum entre os viajantes germânicos, particularmente os de fé evangélica. Entretanto – como poderia ser facilmente demonstrado por meio de outros relatos, mas que aqui não será o caso – neles não se trata exclusivamente da disputa secular entre católicos e evangélicos, e sim da permanente insinuação acerca dos reais interesses da Igreja no Brasil, e de sua relação intelectual “frouxa”, moralmente “leviana” e monetariamente “oportunista” com relação aos seus

rebanhos. Em suma, os relatos põem em permanente suspeição a capacidade de fé e a prática religiosa sinceras, tanto por parte do clero como dos brasileiros em geral.

Conclusão

Enfim, ouvem-se vozes nos dias atuais que proclamam que o trabalho com relatos de viagens – e particularmente com autores como Ida Pfeiffer, já tão exaustivamente estudada em seu país de origem, a Áustria – não iriam acrescentar muita coisa ao que já se sabe. Como tentamos demonstrar, ao longo deste texto, tal afirmação se apoia em duas vertentes equivocadas: ora consubstanciada numa visão linguística que considera que o relato de viagem – e em última análise o próprio texto literário – se encerra em si mesmo; ora num entendimento da questão com base em posições eurocêntricas.

Com relação ao primeiro equívoco, de natureza linguístico-filosófica, pode-se dizer que ele se baseia numa compreensão claramente insuficiente da natureza discursiva do conhecimento humano, segundo a qual bastaria um olhar, uma luz a iluminar o objeto daquele conhecimento, que tudo estaria resolvido, pois o seu sentido estaria definitivamente descortinado, e ele estaria terminantemente arrancado de sua mudez, de sua escuridão. Buscamos mostrar, valendo-nos da indicação metodológica de Foucault, aproveitada por Fairclough, que isso não é verdade¹⁶. As construções de sentido e as ideologias engendradas por estes relatos continuam atuando ativamente, não somente sobre os europeus, mas – o que é para mim mais preocupante – entre nós brasileiros.

Com relação ao segundo equívoco, o problema não é menos complexo. Nos marcos deste texto, fiquemos apenas na afirmação genérica de que grande parte dos estereótipos por nós evidenciados recentemente – no âmbito do projeto de pesquisa “Construções discursivas do Rio de Janeiro em relatos de viajantes europeus e imigrantes entre os séculos XVIII e XIX” (na íntegra em <http://www.letras.ufrj.br/liedh/pages/projetos.php>) – demonstra uma grande coincidência entre os discursos de viajantes no Brasil e os discursos em circulação entre os próprios brasileiros em plena época contemporânea.

Há, decerto, por parte da crítica europeia de língua alemã, uma clara consciência do etnocentrismo do discurso de Ida Pfeiffer, e mesmo das consequências diretamente políticas de sua ação social, como, por exemplo, o demonstra Gabriele Habinger (2004: p.184-185) com toda clareza:

No fim das contas, contudo, tanto no tratamento de questionamentos “especificamente femininos” como no que respeita a um contexto geral, a vienense permanece presa à idéia de que a sociedade européia possui uma posição de superioridade com relação aos “estrangeiros” fora da Europa, e nisso o elemento “próprio” e o “estrangeiro” são delineados como opostos em termos hierárquicos, relacionados a um modelo evolucionista de

sociedade. A civilização ocidental representa aqui não apenas o ápice do desenvolvimento humano, mas parte deste discurso é também a convicção acerca da necessidade da civilização do “outro”, o que serve como legitimização do colonialismo e da catequese. E, por fim, resta também constatar que Ida Pfeiffer não somente apoiou o imperialismo ocidental, mas igualmente sustentou, tanto com suas afirmações nos relatos de viagem quanto com suas ambições como viajante em busca de descobertas, os esforços do Ocidente de penetração e de apropriação colonial do mundo fora da Europa. (HABINGER, 2004, p.184-185).

Contudo, a delimitação destes discursos eurocêntricos e as consequências sociais plenas de seu comércio ideológico na sociedade brasileira são tarefas somente possíveis de serem realizadas **de dentro** de nossa sociedade, tomada como palco material daquelas práticas discursivas, para efeito de análise, agora dialeticamente consideradas como práticas sociais concretas que agem sobre a sociedade brasileira contemporânea. Com relação aos relatos de viagens, pode-se dizer que o seu levantamento e a análise sistemática de suas construções ideológicas ainda estão em seus começos.

À medida que se for confirmando a tese – que defendemos – segundo a qual estes relatos de viajantes do passado ainda hoje informam e determinam, direta ou indiretamente, as construções discursivas com as quais os brasileiros constroem e reproduzem a sua própria imagem na contemporaneidade, a análise linguística e histórica destes relatos, conduzida numa perspectiva interdisciplinar, tenderá a ocupar lugares acadêmicos crescentemente relevantes. Mas também, e principalmente, assim esperamos, junto aos círculos mais amplos das pessoas que se propõem a combater os estereótipos etnocêntricos amplamente difundidos entre nós, por intermédio de uma prática acadêmica crítica e persistente.

Recebido em: 5/9/2011

Aprovado em: 6/9/2011

NOTAS

¹ Sobre as causas e consequências deste fracasso, particularmente na Áustria, ver WAGNER, Wilhelm J. *Bildatlas zur Geschichte Österreichs*. Salzburg: A&M, 2006, p. 150-157, e especialmente o livro de HÖBELT, Lothar. *1848. Österreich und die deutsche Revolution*. Wien: Amalthea, 1998.

² Em SCHULZKI-HADDOUTI, Christiane. *Identität und Wahrnehmung bei Ida von Hahn-Hahn und Ida Pfeiffer anhand ihrer Orient-Berichte* [Percepção em Ida von Hahn-Hahn e Ida Pfeiffer com base em seus relatos sobre o Oriente]. Tese de Doutorado, Hildesheim, 1995.

³ “Desweiteren setzt Link die Darstellung äusserer Realität mit Zweckbindung und die der inneren Realität mit Fiktionalität gleich, was einem naiven Konzept von Text-ästhetik zugrunde liegt” (apud HABINGER, Gabriele. *Ida Pfeiffer. Eine Forschungsreisende des Biedermeier*. Wien: Milena Verlag, 2004, p. 18).

⁴ Cf. nesse particular MONTEZ, Luiz Barros. “Foucault e o Realismo Crítico. Impasses e perspectivas na construção de uma Linguística Aplicada Crítica.” In: Trabalhos da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, julho/2009, <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/119T.pdf>.

⁵ Segundo Karin Lisboa, a sensação do “sublime”, experimentada pelo viajante diante de uma paisagem natural grandiosa, provoca uma reflexão estética aparentada com o medo. Sobre isso cf. LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997, p. 86-120.

⁶ Cf. HABINGER, Gabriele. *Ida Pfeiffer. Eine Forschungsreisende des Biedermeier*. Wien: Milena Verlag, 2004, p. 167 e AUßENHOFER, Danja. *Ida Pfeiffer. Reiseschriftstellerin im 19. Jahrhundert. “Meine zweite Reise” als literarischer Text im Spiegel der Zeit*. Diplomarbeit an der Universität Innsbruck, 2005, p. 72.

⁷ “[A]ufstehen, sich erheben, aufbrechen zu kriegerischen Unternehmungen” (AUßENHOFER, Danja. *Ida Pfeiffer. Reiseschriftstellerin im 19. Jahrhundert. “Meine zweite Reise” als literarischer Text im Spiegel der Zeit*. Tese de Doutorado na Universidade Innsbruck, 2005, p. 30).

⁸ Apud PELZ, Annegret. *Reisen durch die eigene Fremde. Reiseliteratur von Frauen als autogeographische Schriften*. Köln-Weimar-Wien: Böhlau Verlag, 1993, p. 43.

⁹ Cf. KÖRTING, Gustav. *Lateinisch-Romanisches Wörterbuch [Etymologisches Wörterbuch der romanischen Hauptsprachen]*. Dritte Ausgabe. Paderborn: Verlag von Ferdinand Schöningh, 1907, p. 1014 e 1015.

¹⁰ Ida só não foi aceita na *Royal Geographic Society* de Londres àquela época por que os estatutos da Sociedade não aceitavam mulheres entre os seus membros (cf. HABINGER, Gabriele. *Ida Pfeiffer. Eine Forschungsreisende des Biedermeier*. Wien: Milena Verlag, 2004, p. 169). Apesar disso, um ano antes de sua morte, em 1857, a viajante foi admitida como membro pela recém-fundada (1856) *Kaiserlich-Königliche Geographische Gesellschaft* (Sociedade Geográfica Real-Imperial) em Viena.

¹¹ O primeiro relato se chamou *Viagem de uma vienense à Terra Santa (Reise einer Wienerin in das heilige Land)*. O livro foi realmente um sucesso, mas teve que sair anônimo, possivelmente por questões de credibilidade junto ao público leitor. Só em 1856, Ida Pfeiffer revela sua autoria publicamente.

¹² Todas as passagens extraídas de PFEIFFER, Ida. *Eine Frauenfahrt um die Welt. Reise von Wien nach Brasilien, Chili, Otahaiti, China, Wien, Ost-Indien, Persien und Kleinasien*. Wien: Carl Gerold, 1850, vol. 1., foram traduzidas por mim, Luiz Montez.

¹³ Esta passagem é omitida na versão levemente encurtada da obra de Pfeiffer editada por Gabriele Habinger, PFEIFFER, Ida. *Eine Frauen fährt um die Welt. Die Reise 1846 nach Südamerika, China, Ostindien, Persien und Kleinasien*. Hg. von Gabriele Habinger. Wien: Promedia/Frauenfahrten, 2005.

¹⁴ Este discurso está presente em diversos relatos de viajantes germânicos no Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, o que comprova a sua penetração ideológica e aceitação nos segmentos de leitores de língua alemã.

¹⁵ Friedrich Langstedt (1792), Carl Vollmer (1829), Friedrich von Weech (1831) são alguns dos viajantes germânicos que traduzi em cujos relatos são constantes a ridicularização da incultura, da corruptibilidade, gula, luxúria e farisaísmo de membros do clero brasileiro.

¹⁶ Sobre a constituição do objeto no conhecimento científico, ver FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 passim, mas particularmente às páginas 45-55. A discussão acerca dos limites das concepções de Foucault e da ausência de uma aplicação consequente destas concepções em termos linguísticos e historiográficos podem ser encontradas respectivamente em FAIRCLOUGH, Norman. “Michel Foucault e a análise de discurso”, in _____. *Discurso e mudança social*. 2ª. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 61-88 e LECOURT, Dominique. “A Arqueologia e o saber”, in: FOUCAULT et alii. *O homem e o discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. 3ª. ed.. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008, p. 43-66.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. “Michel Foucault e a análise de discurso”. In: _____. *Discurso e mudança social*. 2ª. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 43-66.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p.

HABINGER, Gabriele. *Ida Pfeiffer. Eine Forschungsreisende des Biedermeier*. Wien: Milena Verlag, 2004. 248 p.

LINK, Manfred. *Reiseberichte als literarische Kunstform von Goethe bis Heine*. Tese de Doutorado, 1963. 196 p.

PELZ, Annegret. *Reisen durch die eigene Fremde. Reiseliteratur von Frauen als autogeographische Schriften*. Köln-Weimar-Wien: Böhlau Verlag, 1993. 274 p.

PFEIFFER, Ida. *Eine Frauenfahrt um die Welt. Reise von Wien nach Brasilien, Chili, Otahaiti, China, Wien, Ost-Indien, Persien und Kleinasien*. Wien: Carl Gerold, vol. 1, 1850. 326 p.

_____. *Eine Frau fährt um die Welt. Die Reise 1846 nach Südamerika, China, Ostindien, Persien und Kleinasien*. Hg. von Gabriele Habinger. Wien: Promedia/Frauenfahrten, 2005. 334 p.

SCHULZKI-HADDOUTI, Christiane. *Identität und Wahrnehmung bei Ida von Hahn-Hahn und Ida Pfeiffer anhand ihrer Orient-Berichte* [Percepção em Ida von Hahn-Hahn e Ida Pfeiffer com base em seus relatos sobre o Oriente]. 161 f. Diplomarbeit, Hildesheim, 1995.